

VISÃO GLOBAL

Raízes sauditas do Estado Islâmico

Ao tolerar o radicalismo wahabita por interesses pontuais, o Ocidente permitiu a metamorfose de uma forma de extremismo

* ALASTAIR CROOKE

GLOBAL VIEWPOINT NETWORK

A chegada dramática do Estado Islâmico (EI) ao cenário do Iraque chocou grande parte da opinião pública no Ocidente. Muitos ficaram perplexos – e horrorizados – com sua violência e seu evidente magnetismo entre a juventude sunita. Além disso, a ambivalência da Arábia Saudita em relação a essa manifestação é considerada ao mesmo tempo preocupante e inexplicável. A indagação é: “Será que os sauditas não entendem que o EI é uma ameaça para eles também?” Atualmente, a elite governante da Arábia Saudita parece dividida.

Alguns aplaudem o fato de o EI combater o fogo xiita iraniano com o fogo sunita – o surgimento de um novo Estado sunita no cerne, acreditam, de um patrimônio histórico sunita – e sentem-se atraídos pela severa ideologia salafista do Da'ish, como o EI é conhecido.

Outros sauditas são mais temerosos e lembram a história da revolta contra Abd al-Aziz pela Ikhwan (Irmandade) wahabita (que nada tem a ver com a Irmandade Muçulmana), mas que quase implodiu o wahabismo e a casa saudita no final dos anos 20. Muitos sauditas estão profundamente preocupados com as doutrinas radicais do Da'ish – e começam a questionar alguns aspectos do rumo e do discurso da Arábia Saudita.

O dissenso e as tensões internas da Arábia Saudita a respeito do EI só podem ser entendidas compreendendo a dualidade inerente (e persistente) que se encontra no próprio cerne da constituição doutrinária do reino e de suas origens históricas.

Um elemento dominante da identidade saudita refere-se diretamente a Mohamed ibn Abd al-Wahhab (fundador do wahabismo) e ao sentido dado por Ibn Saud ao seu puritanismo radical. Na época, este último não passava de um líder menor – entre muitos – das tribos de beduínos que se dedicavam continuamente a guerrear e a saquear no deserto abrasador e terrivelmente pobre do Nejd.

O segundo elemento dessa dualidade misteriosa relaciona-se precisamente à posterior adesão do rei Abd al-Aziz ao conceito de Estado soberano, nos anos 20. Ele conteve a violência da Irmandade (para desfrutar de uma posição na diplomacia como Estado-nação ao lado da Grã-Bretanha e dos EUA), institucionalizou o impulso original wahabita (e aproveitou os petrodólares nos anos 70 para canalizar a atuação da Irmandade para fora de seu território). Além disso, difundiu uma revolução cultural, e não uma revolução violenta, em todo o mundo muçulmano.

No entanto, essa “revolução cultural” não foi absolutamente um dócil reformismo. Foi uma revolução com base no ódio quase jacobino de Wahhab pela podridão e pelos desvios da doutrina original que ele via ao seu redor – donde seu apelo para purificar o Islã de todas as suas heresias e idolatrias.

Impostores. O escritor e jornalista americano Steven Coll descreveu como Abd al-Wahhab, um austero discípulo do estudioso Ibn Taymiyyah, do século 14, desprezava “a decorosa e artística nobreza egípcia e otomana que fumava tabaco, haxixe e tocava tambor, que atravessava a Arábia para orar em Meca”.

Segundo a visão de Wahhab, estes não eram muçulmanos; eram impostores travestidos de muçulmanos. Ele não achava o comportamento dos árabes beduínos locais muito melhor. O que irritava Wahhab era o fato de eles honrarem os santos, erigirem monumentos fúnebres e sua “superstição”.

Wahhab determinou que esse comportamento era “bida” – proibido por Deus. Assim como Taymiyyah, antes dele, Wahhab acreditava que o período durante o qual o profeta Maomé permanecera em Medina

foi o ideal da sociedade muçulmana. Isso, essencialmente, é salafismo.

Taymiyyah declarara guerra ao xiismo, ao sufismo e à filosofia grega. Ele também condenava as visitas ao túmulo do profeta e a comemoração do seu aniversário, declarando que tal comportamento representava uma mera imitação da adoração cristã de Jesus enquanto Deus (ou seja, idolatria). Wahhab assimilara esses ensinamentos originais e afirmava que o fiel que tivesse “qualquer dúvida ou hesitação” em aceitar essa interpretação peculiar do Islã deveria “ser privado da imunidade de sua propriedade e de sua vida”.

Um dos principais dogmas da doutrina de Wahhab tornou-se a ideia fundamental do “takfir”. Segundo essa doutrina, Wahhab e seus seguidores poderiam denunciar seus amigos muçulmanos como infiéis se eles empreendessem atividades que de algum modo pudessem ser consideradas uma ofensa à soberania da autoridade absoluta (ou seja, o rei).

Wahhab condenava todos os muçulmanos que honravam os mortos, santos ou anjos. Segundo ele, tais sentimentos diminuam a total subserviência do indivíduo em relação a Deus e somente a Deus. O Islã wahabita proíbe a oração aos santos e aos familiares mortos, as peregrinações a túmulos e a mesquitas especiais, as festas religiosas que celebravam os santos, a comemoração do aniversário do profeta muçulmano Maomé. Proibia até mesmo o uso de pedras tumulares ao enterrar os mortos.

Wahhab exigia a conformidade – uma conformidade que deveria ser demonstrada física e concretamente. Ele afirmava que todos os muçulmanos devem prometer individualmente lealdade a um único líder muçulmano (um califa, se houvesse um). E escreveu que os que não se conformassem com essa visão deveriam ser mortos, suas mulheres e filhas violadas e seus bens confiscados. A lista de apóstatas que mereciam a morte incluía os xiitas, os sufis e outras denominações muçulmanas.

A ambivalência da Arábia Saudita em relação ao Estado Islâmico parece ao mesmo tempo preocupante e inexplicável para os ocidentais

Nada distinguia, neste sentido, o wahabismo do Estado Islâmico. A divisão só surgiria da institucionalização posterior da doutrina que pregava “um só líder, uma só autoridade, uma só mesquita”, de Mohamed ibn Wahhab – os três pilares que se referiam respectivamente ao rei saudita, à autoridade absoluta do wahabismo oficial e a seu controle do “mundo” (ou seja, a mesquita).

A divisão – a negação do EI dos três pilares sobre os quais se tem base atualmente em seu conjunto a autoridade sunita – torna o Estado Islâmico, que em todos os outros aspectos se adequa ao wahabismo, uma profunda ameaça à Arábia Saudita.

Por defender essas visões ultraradicaís, inevitavelmente, Wahhab foi expulso de sua cidade – e, em 1741, depois de perambular por algum tempo, encontrou refúgio sob a proteção de Ibn Saud e de sua tribo. O que Ibn Saud descobriu no novo ensinamento de Wahhab foram os meios de derrubar a tradição e as convenções árabes: o caminho para conquistar o poder. Sua estratégia – como a do EI hoje – era submeter os povos conquistados. Seu objetivo era instilar o medo.

Ao apossar-se da doutrina de Wahhab, agora o clã de Ibn Saud podia fazer o que sempre fizera, invadir as aldeias vizinhas e roubar suas posses. Só que agora seus membros não o faziam no âmbito da tradição árabe, mas sob a bandeira da jihad. Ibn Saud e Wahhab também reintroduziram a ideia do martírio em nome da jihad, por garantir aos mártires o ingresso imediato no paraíso.

Inicialmente, eles conquistaram algumas comunidades, impondo-lhes suas leis. Os habitantes conquistados não tinham escolha: a conversão ao wahabismo ou a morte. Em 1790, a Aliança já controlava a maior parte da Península Arábica e repetidamente invadiu Medina, Síria e Iraque.

Sua estratégia – como a do EI hoje – era submeter as comunidades conqui-



FARRELL/ESTADÃO

tadas. A finalidade era semear o terror. Em 1801, os aliados atacaram a cidade santa de Kerbala, no Iraque. Massacraram milhares de xiitas, incluindo mulheres e crianças. Muitos santuários xiitas foram destruídos, como o santuário do Imam Hussein, neto do profeta Maomé, posteriormente assassinado.

Um oficial britânico, o tenente Francis Warden, que testemunhou a situação na época, escreveu: “Eles saquearam toda (Kerbala) e saquearam o Túmulo de Hussein, matando ao longo do dia, com requintes de particular crueldade, mais de 5 mil habitantes”.

Osman Ibn Bishr Najdi, o historiador do primeiro Estado saudita, escreveu que Ibn Saud realizou um massacre em Kerbala, em 1801, e ainda se vangloriou ao documentá-lo dizendo: “Tomamos Kerbala e assassinamos o seu povo ou o fizemos escravos, depois louvamos Alá, senhor dos mundos. Não pedimos desculpas por isso e dissemos: ‘Os infiéis terão o mesmo tratamento’.”

Em 1803, Abdul Aziz entrou na cidade santa da Meca, que se rendeu sob o impacto do terror e do pânico (o mesmo destino estaria reservado a Medina). Os seguidores de Wahhab demoliram monumentos históricos e todos os túmulos e santuários. No fim, foram destruídos séculos de arquitetura islâmica nas proximidades da Grande Mesquita.

O Islã wahabita proíbe a oração aos santos e aos familiares mortos, as peregrinações a túmulos e a mesquitas, as festas religiosas e Maomé

Em novembro de 1803, um assassino xiita matou o rei Abdul Aziz (para se vingar do massacre de Kerbala). Ao rei sucedeu o filho, Saud bin Abd al-Aziz, que continuou a conquista da Arábia.

Entretanto, os governantes otomanos não podiam assistir seu império ser devorado parte por parte. Em 1812, o Exército otomano, composto de egípcios, escurraçou a aliança de Medina, Jedá e Meca. Em 1814, Saud bin Abd al-Aziz morreu de febre. Seu filho, Abdullah bin Saud, foi levado pelos otomanos para Istambul, onde foi cruelmente executado.

Um visitante que estava na cidade na época contou que o viu sendo humilhado pelas ruas de Istambul durante três dias. Depois, ele foi enforcado e decapitado. A cabeça decepada foi colocada num canhão que foi disparado. Seu coração foi arrancado e o cadáver, empalado.

Em 1815, as forças wahabitas foram esmagadas pelos egípcios (que agiam em nome dos otomanos) numa bata-

lha decisiva. Em 1818, os otomanos capturaram e destruíram a capital wahabita, Dariyah. O primeiro Estado saudita deixava de existir. Os poucos wahabitas que restavam retiraram-se no deserto, onde se reagruparam, e lá permaneceram, calmos, durante a maior parte do século 19.

Repetição. Não é difícil perceber que a fundação do Estado Islâmico pelo Isil, no Iraque contemporâneo, pode encontrar certa ressonância entre os que lembram de sua história. Na realidade, a crença no wahabismo do século 18 definiu em Nejd, mas voltou à vida com todo o vigor quando o Império Otomano entrou em colapso com o caos da 1.ª Guerra.

A casa saudita – renascida no século 20 – era liderada pelo lacônico e politicamente astuto Abd al-Aziz, que, unindo as facções de tribos beduínas, criou a Ikhwan (Irmandade) saudita segundo o espírito dos primeiros combatentes de Wahhab e de Ibn Saud.

A Irmandade era uma reencarnação do movimento original de vanguarda de “moralistas” wahabitas armados e firmemente determinados, que quase chegaram a se apoderar da Arábia no início de 1800. Assim, como ocorrera anteriormente, a Irmandade conseguiu conquistar Medina e Jedá entre 1914 e 1926.

No entanto, aos poucos, Abd al-Aziz começou a se dar conta de que seus maiores interesses estavam sendo ameaçados pelo “jacobinismo” revolucionário da Irmandade. A Ikhwan se revoltou, o que levou a uma guerra civil que durou até os anos 30, quando o rei dominou seus membros e os mandou metralhar.

Para este rei, Abd al-Aziz, as verdadeiras simples das décadas anteriores estavam se deteriorando. O petróleo estava sendo descoberto na península. Grã-Bretanha e EUA cortejavam Abd al-Aziz, mas ainda estavam propensos a apoiar Sharif Hussein como único governante legítimo da Arábia. Os sauditas precisavam assumir uma posição diplomática mais sofisticada.

Por isso, o wahabismo, movimento da jihad revolucionária e de purificação teológica, começou a mudar totalmente, tornando-se um movimento islâmico religioso, teológico, político e social, e a justificar a instituição que apoia a lealdade à família real saudita e o poder absoluto do rei.

Petróleo. Com o advento das riquezas do petróleo, como escreve o estudioso francês Gilles Kepel, os objetivos sauditas tornaram-se “a adoção do wahabismo e sua divulgação em todo o mundo muçulmano, com o objetivo de

“wahabizar” o Islã, reduzindo dessa maneira “a multiplicidade de vozes no seio da religião” a um “credo único” – um movimento que transcenderia as divisões nacionais. Bilhões de dólares foram e continuam sendo investidos nessa manifestação de poder brando.

Foi essa estimulante combinação de projeção do poder brando, graças a bilhões de dólares e à disposição saudita de controlar o Islã sunita para favorecer os interesses dos EUA – ao mesmo tempo que incorporava o wahabismo do ponto de vista social, cultural e da educação, em todos os territórios do Islã –, que favoreceu a dependência do Ocidente da Arábia Saudita. Dependência que, desde o encontro de Abd al-Aziz com o presidente Franklin Roosevelt, a bordo de um navio de guerra americano (quando o presidente regressava de Yalta), dura até hoje.

Os ocidentais olhavam o reino saudita e ficavam fascinados por sua riqueza, sua aparente modernização e sua pretensa liderança do mundo islâmico. E preferiam supor que o reino cedia aos imperativos da vida moderna – e o controle do Islã sunita levaria também o reino a ceder à vida moderna. No entanto, a abordagem da Irmandade saudita ao Islã não morreu nos anos 30.

Radicalismo. Ela se retraiu, mas preservou o seu poder sobre partes do sistema – daí a dualidade que observamos hoje na atitude saudita em relação ao EI. Por um lado, o EI é profundamente wahabita. Por outro lado, é ultraradical de uma maneira diferente. Poderia ser considerado essencialmente um movimento de correção do wahabismo contemporâneo.

O EI é um movimento “pós-Medina”. Ele se inspira nas ações dos dois primeiros califas, não no profeta Maomé, como fonte de emulação, e nega energeticamente a reivindicação de autoridade dos sauditas para governar.

Enquanto a monarquia saudita florescia na era do petróleo, tornando-se uma instituição cada vez mais arrogante, o apelo da mensagem do Irkhan foi ganhando terreno (apesar da campanha de modernização do rei Faisal).

O “enfoque da Irkhan” desfrutava – e desfruta hoje – do apoio de muitos cidadãos e de xeques de grande destaque. Em certo sentido, Osama bin Laden foi precisamente o representante de um florescimento tardio desse enfoque.

Hoje, a ação do EI que pretende enfraquecer a legitimidade do reino é considerada problemática, e sim um retorno às verdadeiras origens do projeto wahabita saudita.

No controle exercido sobre a região pela colaboração entre os sauditas e o Ocidente na busca de vários projetos ocidentais (o combate ao socialismo, do baathismo, do nasserismo, da influência soviética e iraniana), os políticos ocidentais evidenciaram sua interpretação da Arábia Saudita (riqueza, modernização e influência), decidindo ignorar o impulso wahabita.

Final, os movimentos islâmicos mais radicais foram considerados pelos serviços de inteligência ocidentais mais eficientes na derrota da União Soviética no Afeganistão – e na luta contra líderes e contra países do Oriente Médio que desaprovavam.

Portanto, por que deveríamos nos surpreender pelo fato de, a partir do mandato ocidental e saudita do príncipe Bandar para administrar a insurgência na Síria contra o presidente Assad ter surgido um novo tipo de movimento de vanguarda violento, assustador, quase uma nova Irmandade: o EI?

E por que deveríamos nos surpreender – conhecendo um pouco o wahabismo – com o fato de os insurgentes “moderados” na Síria se tornarem mais raros do que o mítico unicórnio? Por que deveríamos imaginar que o wahabismo radical produziria moderados? Ou por que imaginariamos que a doutrina de “um só líder, uma só autoridade, uma só mesquita” poderia levar à moderação ou à tolerância? Talvez, nunca tenhamos imaginado. / TRADUÇÃO DE ANNA CAPOVILLA

* É DIPLOMATA BRITÂNICO, FUNDADOR E DIRETOR DO ‘CONFLICTS FORUM’, QUE PREGA A APROXIMAÇÃO ENTRE O ISLÃ POLÍTICO E O OCIDENTE